

**“MEDIDA SOCIOEDUCATIVA É CADEIA”:
PERCEPÇÕES DE JOVENS EM SEMILIBERDADE SOBRE VIOLÊNCIA,
SOCIABILIDADE, MOBILIDADE E EDUCAÇÃO EM CAMPOS DOS
GOYTACAZES**

Palloma Menezes¹

Julia Moura²

Introdução

Este artigo tem o objetivo de investigar as relações entre violência, sociabilidade, mobilidade e educação na cidade de Campos dos Goytacazes a partir de percepções e experiências de jovens que cumprem medida socioeducativa no Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD). Vinculado à Secretaria de Educação, o CRIAAD faz parte do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), que tem a responsabilidade de promover a socioeducação no estado do Rio de Janeiro. O DEGASE conta com unidades provisórias, de internação e de semiliberdade. O CRIAAD – que até 2009 era denominado CRIAM – é responsável pela execução da medida de semiliberdade imposta por sentença judicial, que pode ser aplicada de início ou como forma de transição da internação para a liberdade assistida de jovens cumprindo medida socioeducativa.

Durante o período em que estão cumprindo medida no CRIAADS, os jovens devem sair pela manhã e/ou tarde para estudar e fazer cursos, só retornando à noite para dormir na unidade. Durante o final de semana, a maior parte dos jovens tem o direito de ir para a casa dos responsáveis retornando na segunda-feira. Mas como esses jovens se relacionam com a cidade? Como eles lidam com conflitos territoriais associados à violência urbana³? Como esses jovens narram suas experiências de circulação pela

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil / Vrije Universiteit Amsterdam, Holanda. E-mail: pallomamenezes@gmail.com

ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-8462-2549>

² Universidade Federal Fluminense, Brasil. E-mail: JJ_mourajulia@outlook.com

ORCID id: <https://orcid.org/0000-0003-3331-0470>

³ Neste trabalho seguimos a perspectiva proposta por Machado da Silva (2008: 35) de pensar a violência urbana como uma representação coletiva, ou mais especificamente, uma representação de práticas –

cidade quando tem de ir para escola ou para casa dos pais no final de semana? Qual a relação desses adolescentes com a escola e a educação formal? Essas são algumas das questões que buscamos responder ao longo do presente artigo. Elas emergiram a partir de um trabalho de campo que realizamos entre 2018 e 2019 no CRIAAD de Campos dos Goytacazes.

Vale lembrar que, situado no norte fluminense, Campos é o mais extenso município do estado do Rio (4.032 km) e tem a mais numerosa população do interior, segundo dados do IBGE, estimada em 487.186 habitantes. No debate público, em escala estadual e nacional, Campos vem sendo apresentada como uma das cidades mais violentas do estado. Essa violência geralmente é associada às disputas entre facções ligadas ao comércio varejista de drogas e, principalmente, aos altos índices de homicídios existentes na cidade, que afeta principalmente a população jovem, negra e periférica.

O presente artigo estrutura-se em cinco partes. Na primeira, apresentamos como surgiu e foi desenvolvido o projeto de pesquisa e extensão com jovens do CRIAAD que deu origem ao presente trabalho. Na segunda seção, discutimos brevemente como a “violência urbana” em Campos dos Goytacazes pode ser associada a conflitos territoriais relacionados ao comércio varejista de drogas na cidade. Logo em seguida, apresentaremos o CRIAAD de Campos, destacando a controvérsia e os novos conflitos gerados pela mudança de sede da unidade que ocorreu em 2019. Na quarta parte, apresentaremos as percepções que os próprios jovens têm do sistema socioeducativo. Na quinta seção, a partir da descrição de cenas etnográficas, debatemos as dificuldades de jovens que cumprem medida socioeducativa de se moverem pela cidade de Campos, devido às dinâmicas associadas à violência urbana e, conseqüentemente, acessarem a escola.

Exercício de antropologia pública no CRIAAD de Campos dos Goytacazes

O presente artigo é resultado de uma reflexão coletiva desenvolvida a partir de um trabalho etnográfico realizado com um grupo de 15 alunas e alunos da Universidade

ameaças de saque à propriedade privada e à integridade física – e de modelos de conduta subjetivamente justificados. Assim como Machado da Silva, partimos da ideia de que a violência urbana é uma construção simbólica que “constitui o que descreve”. Isto é, “uma categoria do entendimento do senso comum que consolida e confere sentido à experiência vivida nas cidades” e que orienta instrumental e moralmente os cursos de ação que os moradores das cidades consideram mais conveniente nas diversas situações em que atuam.

Federal Fluminense de Campos dos Goytacazes⁴. Esse grupo, composto por estudantes dos cursos de ciências sociais, psicologia e história, desenvolveu um projeto que misturava atividades de extensão e pesquisa ao longo de 2018 e 2019. Alguns desses estudantes eram bolsistas (de extensão, iniciação científica e desenvolvimento acadêmico) e outros voluntários no projeto. Alguns tinham chegado em Campos há pouco tempo para estudar, outros moravam na cidade desde que nasceram. Muitos são negras e negros, habitavam bairros periféricos em suas cidades de origem e celebravam a conquista de ingressar na universidade pública ao mesmo tempo em que enfrentavam enormes desafios para se manterem nesse espaço.

Além de dificuldades socioeconômicas, um dos desafios enfrentados por essas e esses estudantes era conciliar militância e vida acadêmica. Várias delas e deles tinham um forte engajamento político, participavam de movimento estudantil, além de coletivos de mulheres, coletivo negro e LGBTQIA+ na UFF e se questionavam como a antropologia ou a sociologia poderiam ajudá-los não só a refletir sobre o mundo, mas também a transformá-lo. Para elas e eles não fazia muito sentido participar de um projeto de pesquisa que separasse muito rigidamente teoria e empiria. Para elas e eles era importante estudar teorias sobre desigualdades sociais (associadas à classe e ao território de moradia, assim como sobre gênero, raça e sexualidade) e, ao mesmo tempo, entender seus impactos em diferentes contextos, visando não só gerar conhecimento científico sobre o tema, mas também criar caminhos para mitigar tais desigualdades.

Por tudo isso, acabamos desenvolvendo conjuntamente no CRIAAD de Campos um projeto que pode ser pensado como um exercício de antropologia pública. Apresentaremos, a seguir, alguns dos vários elementos do debate sobre antropologia pública que nos ajudam a contextualizar o tipo de pesquisa que realizamos e as preocupações que tivemos ao longo do campo.

Primeiramente, vale lembrar que a antropologia pública resiste à separação da teoria e da aplicação prática. Partindo da ideia de que prática e teoria estão interligadas,

⁴ Nossa equipe era composta, além das autoras do texto, por André Andrade, Andrei do Amaral, Diego Felipe Ferreira Morato, Gabriel Machado, Igor Silva, Joice de Carvalho, Júlia Cypriano, Karolayner Gaby dos Santos, Luís Fillipe Oliveira Moreira, Mariana Silva da Conceição, Rubiana Nascimento Viana, Síntyque Lemos, Wesley Moraes, Yago da Silva Narciso Alves e Yan da Silva Narciso Alves. Gostaríamos de agradecer a todas e todos pela construção e execução conjunta do projeto. E queríamos agradecer também aos técnicos, agentes do CRIAAD e, especialmente, aos jovens que participaram do projeto. Não citaremos, ao longo do artigo, o nome verdadeiro de nenhum funcionário ou jovem para que o anonimato deles seja mantido.

a antropologia pública é orientada para compreensão de problemas sociais reais, visando também mitigá-los. Antropólogos, como Borofsky (2011), insistem no potencial da disciplina para mudar o mundo. Como sugere Ferradáss (2015), a antropologia pública, com suas contradições e limitações, é uma tentativa de engajamento com grupos subalternos que, embora guarde diferenças, também pode ser pensada como uma continuação da longa tradição que tem sido discutida na história da antropologia aplicada e do desenvolvimento que apresenta o antropólogo como alguém muito comprometido em não só compreender, mas também ajudar a promover causas populares, de setores “subalternos” ou desfavorecidos. Vários autores relacionam esse conceito ao de *advocacy*, de ser defensor e promotor das causas em que estamos envolvidos ao longo de uma pesquisa antropológica. Além disso, associam também a antropologia pública à pesquisa participativa. A colaboração com a comunidade, a coprodução nas diferentes etapas do projeto são, para muitos, os elementos mais importantes desta abordagem.

No caso da pesquisa que realizamos no CRIAAD, a coprodução foi um elemento central. Desde o início da idealização do projeto, debatíamos muito que não queríamos tratar os jovens cumprindo medida socioeducativa como “objetos de pesquisa”, e sim como interlocutores e sujeitos que desenvolveriam o projeto junto conosco. As alunas e alunos da UFF envolvidos no projeto sempre destacam que se viam muito nos jovens cumprindo medida socioeducativa que, assim como eles, também eram negros e moradores de bairros periféricos. Devido às semelhanças compartilhadas, os estudantes sentiam que, se a vida tivesse sido um pouco diferente, eles poderiam estar ali cumprindo medida socioeducativa. E, por outro lado, questionavam também por que aqueles jovens não estavam na universidade pública tendo acesso às mesmas oportunidades de estudar que eles. Por tudo isso, para os estudantes, era muito importante desenvolver uma troca horizontal com jovens cumprindo medida socioeducativa.

Visando envolver os jovens no projeto, abrindo espaço para que houvesse, de fato, uma troca de experiências e vivências com as e os estudantes universitários, resolvemos desenvolver atividades não só no CRIAAD, mas também na própria sede da UFF. Assim pudemos levar a universidade para fora dos muros do campus, mas trazer também os jovens cumprindo medida socioeducativa para dentro da UFF.

Nas primeiras vezes em que fomos ao CRIAAD, nos impressionou o fato de que muitos dos jovens não sabiam nem que existia universidade pública na cidade de Campos. Quando falávamos sobre a universidade, eles ficavam curiosos para saber os cursos que

eram oferecidos e se mostravam muito interessados em conhecer o campus. Conseguimos, então, autorização da direção do CRIAAD para levarmos os jovens para realizarem algumas das atividades do projeto na sede da UFF.

Além de variar o local de desenvolvimento do projeto, buscamos, ao longo do tempo, variar também o formato das atividades. Assim como outros exercícios de antropologia pública, buscamos explorar as possibilidades abertas pela utilização de sons e imagens na disciplina. Dessa forma, realizamos rodas de conversa sobre temas diversos (debatendo, por exemplo, a relação dos jovens com a escola, com mães e pais, com religião, com mulheres, com drogas etc.) e oficinas de corte de cabelo, de fotografia e de música. Além disso, exibimos e debatemos documentários, filmes e clipes; fizemos atividades de reforço escolar; compartilhamos tarefas na horta existente no CRIAAD; demos orientações relacionadas a como jovens poderiam tirar documentos (uma vez que alguns não tinham identidade nem CPF), como se inscrever no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou mesmo em pré-vestibulares universitários. Trabalhamos, ainda, na produção coletiva de mapas do espaço do CRIAAD e da cidade de Campos e na organização de uma exposição de desenhos, cartazes e bandeiras. Todas essas atividades, dentre outras, contaram com a participação voluntária e bastante ativa de vários jovens do CRIAAD. Descreveremos, ao longo do artigo, algumas dessas atividades, evidenciando como o objetivo delas era gerar trocas de vivências, experiências e afetos entre todas e todos envolvidos no projeto.

“Violência urbana” e conflitos territoriais associados ao tráfico de drogas em Campos

A questão da “violência urbana” em Campos dos Goytacazes ganhou destaque no debate público na última década devido à inclusão da cidade em rankings nacionais e internacionais de organismos que monitoram o fenômeno. Uma série de matérias na imprensa nacional e regional apresentam Campos como uma “das cidades mais violenta do mundo”⁵, especialmente porque o número de homicídios dolosos aumentou muito na cidade desde 2016. Grande parte dessas mortes resulta de disputas territoriais entre as

⁵ Disponível em: <http://www.folha1.com.br/conteudo/2019/03/geral/1245685-campos-entre-as-50-cidades-mais-violentas-do-mundo-em-2018.html>. Acesso em: 23 ago. 2021.

facções.

Segundo Siqueira (2016), dois marcos foram importantes na configuração do tráfico de drogas em Campos: a) a chegada da cocaína no município (nos anos 80), que influenciou e impulsionou a territorialização e expansão do comércio varejista de drogas na cidade; b) o surgimento da rivalidade (nos anos 90) entre as duas maiores favelas campistas. A partir da entrada da comercialização da cocaína no município, houve um acúmulo de capital entre os comerciantes varejistas e uma expansão de pontos de venda da droga.

As primeiras bocas de fumo instaladas na cidade foram em favelas vizinhas: Oriente e Baleeira. A participação de uma terceira favela, a Tira Gosto (TG), como um ponto de venda significativo surgiu a partir do contato da Baleeira em um acordo de expansão de negócios que começou a abastecer as bocas da TG. Ambas as favelas formavam, inicialmente, um único grupo, com sede de comando na Baleeira (Siqueira, 2016).

Esses três polos de venda centrais no município estabeleciam uma convivência pacífica até o primeiro rompimento da Baleeira com o Oriente, ocorrido a partir da aparição de rivalidade entre traficantes das duas áreas. Siqueira esclarece que “os traficantes da Baleeira tomaram as bocas do Oriente pondo um fim na concorrência e se tornando o principal revendedor de drogas em Campos dos Goytacazes” (2016: 74) e, por meio da coligação com a TG, dominaram o mercado de drogas do município.

A relação de mercado e de amizade estabelecida entre a TG e a Baleeira sofreu uma ruptura, que originou o segundo marco que a autora elabora. O conflito entre os traficantes surgiu a partir de um comentário do gerente do tráfico da Baleeira sobre a “mulher do gerente da Tira Gosto”, que o considerou desrespeitoso e foi na Baleeira “tirar a situação a limpo”. Chegando ao território, não foi atendido e saiu “insatisfeito” com a situação, processo que levou a presença do gerente e do chefe da Baleeira na TG novamente.

Siqueira (2016) narra que, em conflitos posteriores ocorridos na favela, ambos acabaram sendo assassinados. Esse estopim foi seguido de uma tentativa de invasão da Baleeira realizada por traficantes da TG, que queriam dominar o tráfico da área, mas não conseguiram. Posteriormente, ocorreu a promessa de vingança dos traficantes da Baleeira por causa da traição realizada pelos traficantes da TG. Começou a se configurar, assim, uma “guerra” declarada entre os dois lados. Desse modo, o envolvimento entre as bocas

dessas localidades se transformou de uma relação de mercado e amizade, em concorrência e “guerra”.

A cidade passou por uma divisão a partir da coligação de favelas de menor porte com a Baleeira ou a TG, dividindo a influência e o território de ação de cada uma. Como aponta Siqueira, o município passou a se dividir “em dois polos, lado A e lado B, que posteriormente acabaram aderindo a facções cariocas se tornando assim, áreas consideradas dominadas pelo ‘Amigos dos Amigos’ (ADA) e ‘Terceiro Comando Puro’ (TCP)” (2016: 162).

A ligação entre o tráfico de Campos e facções da metrópole teve relação com os primeiros encarceramentos dos traficantes da cidade nos presídios do Rio de Janeiro (Siqueira, 2016; Pinheiro, 2018). Formou-se, portanto, uma narrativa sobre a formação e territorialização das facções ao que se refere ao lado “direito da cidade”, onde a Baleeira e suas favelas coligadas se tornaram ADA e a Tira Gosto com suas coligações TCP.

No entanto, é importante ressaltar que, nas configurações atuais do comércio de drogas e confronto entre facções dentro do município, outra questão merece destaque. Siqueira (2016) ressalta que o subdistrito de Guarus, a princípio, não participou do movimento de expansão do mercado nem sofreu intervenções por parte do grupo de traficantes. Todavia, a partir do Programa Morar Feliz e do Minha Casa, Minha Vida⁶, foram construídas habitacionais nos bairros de Guarus, que aproximaram moradores originários de territórios diferentes e que se associam a duas facções rivais. Com a atividade das facções opostas ocorrendo em territórios muito próximos, novos conflitos imediatos foram acionados, trazendo, como consequência, um maior índice de homicídios nessas novas configurações de território

Portanto, as atividades ligadas ao comércio varejista de drogas se dividiram em dois núcleos com facções opostas claramente delimitadas apenas no “lado direito” da cidade. Segundo Pinheiro, o mesmo não ocorreu nas regiões de Guarus, onde “a questão do território ainda não está apascentada o que implica nas recorrentes e letais disputas entre as facções” (2018: 189).

⁶ Segundo dados da Prefeitura de Campos, 6.500 casas do Programa Morar Feliz foram construídas com recursos dos royalties do petróleo e outras 1.500 do Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, cujas prestações foram assumidas pelo governo municipal. No total, foram 8 mil famílias beneficiadas, o que engloba mais de 32 mil pessoas que moravam em áreas consideradas de risco ou em situação de vulnerabilidade social. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=37974. Acesso em: 23 ago. 2021.

Além disso, vale notar que, tanto de um lado do rio Paraíba do Sul como do outro, o personagem do policial é quase sempre “ausente das formas de tematizar o problema violência urbana”. Como sintetizam Freire, Ferreira, Soares e Santos, em Campos, diferentemente da capital do estado, a “violência urbana é associada exclusivamente aos confrontos entre personagens tidos como traficantes de drogas ou bandidos” (2017: 166). Confrontos esses que geram mortes bastante violentas, principalmente entre jovens da cidade, como mostraremos ao longo das próximas seções.

Controvérsias e novos conflitos gerados pela mudança de sede e de infraestrutura do CRIAAD

Para tratar da violência urbana em Campos dos Goytacazes, além de debater as dinâmicas e disputas faccionais, é essencial levar em consideração que a cidade concentra três unidades prisionais – a Cadeia Pública Dalton Crespo de Castro, o Presídio Carlos Tinoco da Fonseca e o Presídio feminino Nilza da Silva Santos – e, ainda, três unidades socioeducacionais. Embora o Cense Professora Marlene Henrique Alves – que é uma unidade de internação e internação provisória – reúna um número maior de jovens cumprindo medidas socioeducativas na cidade, entre 2017 e 2019, foi o CRIAAD de Campos que ganhou maior destaque no debate sobre segurança pública na cidade.

A atenção pública se voltou para o CRIAAD quando o poder público anunciou que iria realizar uma mudança da sede da unidade, que seria deslocada para parte do terreno do Colégio Estadual José do Patrocínio (CEJOPA), uma tradicional escola pública de Campos. O anúncio gerou uma ampla mobilização entre pais, professores, alunos e vizinhos do CEJOPA, que criticaram duramente a transferência, alegando que geraria uma “ameaça” para a escola, para a comunidade escolar e para o bairro.

Quando falavam dessa “ameaça”, pais e professores apontavam que o funcionamento da unidade socioeducativa incluiria a presença de agentes estatais do DEGASE, desconfigurando a estrutura de uma escola, o que poderia gerar evasão escolar e um provável aumento da “violência” no local, colocando em risco a segurança da sua comunidade. Entre os alunos, rolavam brincadeiras e “zoações”, uns perguntavam para os outros: “você vão continuar estudando aqui quando virar prisão?”.

Na manhã do dia 30 de outubro de 2017, alunos, professores, responsáveis, moradores e comerciantes da localidade, organizaram um protesto contra a realocação do

núcleo do DEGASE. No dia seguinte, 31 de outubro de 2017, parte da comunidade escolar e muitos moradores do bairro onde fica o CEJOPA deram um abraço simbólico em volta do colégio estadual visando protestar contra a transferência.

No entanto, mesmo com todas as tentativas de embargar a realocação, parte do espaço do CEJOPA foi adaptado para o funcionamento do CRIAAD. E, em janeiro de 2019, a nova sede foi inaugurada com a presença do governador do estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel⁷. Diversas matérias do jornal local abordaram a inauguração e mudança de sede em seus textos, lembrando os protestos e manifestações geradas.

Como a inauguração do CRIAAD ocorreu durante o período de férias escolares, a “volta às aulas” no CEJOPA foi acompanhada de mudanças indicadas pela direção da escola como “consequências da realocação”. Algumas dessas mudanças foram a renovação da pintura do prédio da escola (para dar um aspecto mais limpo, novo e diferente para a parte do prédio onde fica a escola) e a substituição do portão central de ferro, que deu lugar a um novo maior. Com o intuito de demarcar a separação de ambos os territórios, aumentou-se ainda o muro que divide o CEJOPA e o CRIAAD e foram instaladas câmeras de segurança na escola. No lado da unidade de medida socioeducativa, foi instalada uma cerca de arame farpado por todo o muro, contrastando com os muros “livres” (sem cerca de arame) do lado do colégio.

Pouco tempo depois do início das aulas, começaram a surgir rumores no CEJOPA de que os meninos do CRIAAD estariam roubando nos arredores do bairro. Um professor do colégio afirmou que “a direção achou melhor não falar nada sobre o assunto para não perder aluno, mas tem que falar, pois está todo mundo com medo”. Os rumores indicavam que assaltos estavam ocorrendo na frente da escola, que os meninos do CRIAAD “pulam, tiram a camisa e assaltam” para depois voltar. Discursos de medo se propagavam entre professores e funcionários da escola que questionavam: “quem garante que esses “desgraçados” não vão pular aqui dentro para estuprar alguma menina?”; “imagina se dá alguma coisa neles e eles entram na escola atirando em todo mundo que nem esses malucos?”⁸.

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2019/01/15/wilson-witzel-inaugura-nova-unidade-do-criaad-em-campos-no-rj.ghtml>. Acesso em: 23 ago. 2021.

⁸ Essas falas foram ouvidas por Julia Moura durante trabalho de campo que ela realizou para sua monografia no CEJOPA. Neste trabalho, Moura (2019), analisa os impactos da instalação do CRIAAD ao lado do CEJOPA com base em trabalho de campo em ambas as instituições, em entrevistas e em um levantamento de matérias jornalísticas e documentos relacionadas à realocação. O objetivo de trabalho foi analisar as configurações pré e pós a inauguração da unidade socioeducativa no terreno da escola, mostrando como o

A categoria “bicho” também apareceu em atribuições feitas aos meninos do CRIAAD. Algumas vezes, no contexto de transferência da sede, essa categoria foi acionada para desqualificar os jovens que cumprem medida socioeducativa e indicar que a presença deles significava uma ameaça para a comunidade escolar e para o bairro. Tal tentativa de desumanização não é exclusiva à essa situação e perpassa diferentes contextos marcados pela “violência urbana”, como apontado por Freire:

[...] a sujeição criminal, assim como o regime de desumanização, resultam do processo de classificação social, das moralidades e das sensibilidades jurídicas que incriminam certos sujeitos. Neste sentido, a discussão de Misse sobre sujeição criminal e sobre os processos de criminalização, no caso brasileiro, permite compreender parte da formação da gramática do regime de desumanização e dos modos segundo os quais se consolidam nele as ordens de grandezas que tornam legítima a extração de certos indivíduos de uma humanidade comum. Além disso, a proposta de um regime de desumanização aponta para o fato de que os processos constitutivos da sujeição criminal são reapropriados em uma pluralidade de esferas da vida social, ordenando assim a trama da construção da ordem pública e moral da cidade do Rio de Janeiro (FREIRE, 2010: 137).

No caso de Campos, assim como na capital do estado, a criminalização da pobreza aparece associada a processos de rotulação dos “bandidos” e de sujeição criminal (Misse, 1999, 2010), que envolvem dinâmicas de desqualificação do estado de humano que marcam o contexto. Essas dinâmicas atingem diretamente os meninos do CRIAAD, que constantemente são vistos e tratados como bichos e, logo, fonte de insegurança para os alunos do CEJOPA e para o bairro ao redor.

Todavia, vale notar que a mudança de sede foi apontada por muitas pessoas como causadora do aumento da insegurança do bairro, que passou a atingir não só alunos e moradores, mas também os próprios jovens cumprindo medida socioeducativa e funcionários da instituição. Em campo, ouvimos muitas críticas tanto de funcionários como dos jovens em relação à estrutura da nova sede diante de questões ligadas à (in)segurança. Devido às disputas faccionais existentes em Campos dos Goytacazes, a transferência da sede do CRIAAD – que abriga jovens que em sua maioria são associados ao Terceiro Comando – para um bairro próximo a uma favela considerada dominada pela Amigos dos Amigos, fez com que esses jovens passassem a correr sérios riscos.

anúncio da transferência foi vivenciado como uma situação indeterminada que gerou um “processo de investigação” coletiva e, posteriormente, a conversão da realocação como um “problema público”, para além das dinâmicas de violência na cidade de Campos dos Goytacazes.

Após a mudança da sede, criou-se uma atmosfera de medo e insegurança ao redor do CRIAAD e, conseqüentemente, os meninos passaram a ter muito mais medo de entrar e sair da sede da instituição, assim como de permanecer cumprindo a medida socioeducativa na unidade. Pode-se dizer que o primeiro grande momento de tensão após a transferência ocorreu na manhã de doze de abril, quando os meninos estavam saindo da instituição para passar o final de semana em casa, como relata uma matéria publicada pelo Portal G1:

[...] um adolescente de 15 anos morreu e outro, de 17, ficou ferido após serem baleados dentro de um carro por homens que passaram de moto atirando na manhã desta sexta-feira (12) em Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense. A mãe e o padrinho de um deles também estavam no veículo, mas não se feriram. Os jovens foram surpreendidos no momento em que saíam de um centro de recuperação de menores infratores para passar o fim de semana em casa.⁹

Quem nos passou a notícia e as informações sobre o acontecido na época foi uma assistente social, que era nossa principal interlocutora na instituição. Ela nos contou que na segunda-feira seguinte, após o ocorrido na sexta, muitos jovens, por conta do sentimento de medo, acabaram descumprindo a medida socioeducativa e não voltaram no dia em que deveriam para a unidade. Por outro lado, alguns dos meninos (moradores de São Fidélis e outros municípios próximos de Campos) descumpriram por não conseguirem chegar no município, já que os motoristas que os traziam se negaram a trabalhar, alegando também o sentimento de medo e a “chance” de o carro ser “atacado” com todos dentro.

Quando conseguimos realizar uma atividade no CRIAAD alguns dias depois do acontecido, muitos meninos, apesar de brincadeiras, pareciam abatidos e faziam reclamações sobre a proximidade da unidade com a favela Baleeira. Como lembra Silva¹⁰:

Um jovem rapaz que havia chegado há pouco tempo no CRIAAD nos disse durante uma atividade: “Eles têm que saber o que acontece com a gente aqui. A gente devia sei lá, chamar nossos parentes e vir todo mundo na porta do CRIAAD para falar com o diretor”. A colocação dele foi seguida de risadas dos outros integrantes do grupo. Outro interno mais velho interferiu dizendo que os parentes deles iriam ser fuzilados pelos membros da outra facção se

⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2019/04/12/adolescentes-sao-baleados-e-um-morre-ao-sairem-de-centro-de-recuperacao-no-rj.ghtml>. Acesso em: 15 abr. 2019.

¹⁰ Igor Silva integrava nossa equipe de pesquisa e produziu uma monografia (Silva, 2019) a partir das experiências de campo no CRIAAD.

fizessem isso. Todos concordaram, rindo do rapaz que logo desconsiderou sua própria colocação (Silva, 2019: 30).

As tensões continuaram. Em outra ocasião, jovens estavam do lado de fora do CRIAAD quando viram pessoas envolvidas com o tráfico da Baleeira que eles conheciam subindo os muros da instituição para ameaçar aqueles que têm ligação com o TCP. Os meninos nos falaram inúmeras vezes sobre a ocorrência desse tipo de tentativa de intimidação e uma vez chegamos a presenciar uma cena de ameaça durante uma atividade do projeto.

A situação aconteceu enquanto estávamos na horta da unidade com alguns meninos. Todos estavam trabalhando na horta, mexendo na terra, sendo observados à distância por um dos agentes socioeducativos que se encontrava sentado em uma sombra. Os meninos, além de cuidarem da horta, interagem entre si e às vezes conosco de forma descontraída. Eles comentavam sobre a vida uns dos outros, citavam as drogas que cada um usava em tons de brincadeira, conversavam sobre suas relações amorosas e experiências em bailes de favelas. Estávamos de costas para o muro da rua principal, quando percebemos uma movimentação estranha: um dos meninos parou sua tarefa para olhar em direção ao muro, dando um aviso que, inicialmente, não conseguimos compreender. Pendurado no muro – de um modo que era possível ver apenas sua cabeça – um outro rapaz gritava: “Vai morrer! TCP vai morrer” e “aqui é ADA!”. Imediatamente, todos os meninos que estavam na horta começaram a gritar de volta frases como: “aqui é TCP, porra!”, dando a entender que chamavam o outro jovem para um confronto.

A situação em si foi muito rápida. E, logo após o ocorrido, os meninos do CRIAAD ficaram meio que “zoando” o garoto e lembrando que o conheciam do sistema fechado, identificando-o como uma “comédia que rodou roubando bicicleta”. Ao que parece, começaram a “esnober” a situação e desqualificar a “capacidade” do menino de “fazer algo”. Porém, como já mencionado, os relatos dos meninos, quando se referiam a outras situações parecidas, eram acompanhados de críticas à falta de segurança no local e discursos de medo de invasões.

Um dos exemplos que ouvimos em campo foi o relato de Junior, um rapaz da unidade que participava assiduamente das atividades. Ao contar que “perdeu o final de semana” – o que significa que levou como punição para algum ato que cometeu a retirada do final de semana fora da unidade –, Junior expôs que era chato ficar na unidade fora

dos dias da semana. Ele contou como foi um domingo que passou na unidade. Nesse dia, segundo ele, “os moleques” voltaram a subir no muro para mais uma vez fazerem ameaças. O relato veio acompanhado de questionamentos sobre a segurança, ou melhor, a insegurança à qual os meninos estão expostos por ficarem em dormitórios “de frente” para o muro. Ele questionou a facilidade de qualquer pessoa entrar no ambiente que eles dormem e “pegar” os meninos na “tranca” despreparados e sem poderem reagir. Ele também nos perguntou ironicamente se achávamos que os agentes socioeducativos e o único policial presentes no ambiente iriam “aguentar” ou “meter a cara” para defender eles.

Os conflitos entre facções, em um primeiro momento do nosso trabalho de campo, pareciam ocorrer apenas entre quem estava dentro e quem estava fora do CRIAAD. No entanto, com o passar do tempo, começamos a ouvir relatos de que a mudança de sede da unidade tinha abalado o “clima amistoso” ou sem conflitos entre facções dentro da sede. E novas tensões começaram a surgir.

Certo dia, uma conversa entre meninos do TCP (que eram maioria) com alguns do ADA (que eram poucos na unidade) no momento “fora da tranca” ocasionou uma briga generalizada. Dois integrantes do nosso grupo de pesquisa estavam no CRIAAD no momento da confusão. Segundo relatos deles, os meninos do TCP se “juntaram” para “pegar” os meninos do ADA após um desentendimento. A situação fugiu do controle dos agentes socioeducativos que tentavam tirar os poucos do ADA do ambiente. Sem condições de manter os meninos do ADA em segurança na unidade, os agentes os “liberaram”, deixando que saíssem da instituição. Um dos jovens saiu ameaçando voltar para o CRIAAD junto com seus companheiros da Baleeira. Um de nossos interlocutores nos relatou que um dos meninos liberados realmente voltou à instituição mais tarde, subiu no muro e apontou uma arma para os alojamentos apresentando intimidações verbais.

Outro interlocutor nos disse que, posteriormente, o “chefe de boca” das redondezas foi até a instituição. Segundo a narrativa, os meninos do ADA que saíram do CRIAAD, após a confusão e briga com os meninos do TCP, foram até a boca próxima para “denunciar” a situação. Isso porque eles estavam preocupados com o fato de estarem “descumprindo” a medida socioeducativa. Eles sabiam que isso poderia gerar danos futuros, como o aumento do tempo da medida de cada um. A partir dessa reclamação, o “chefe da boca” da área foi até a sede do CRIAAD para falar para os

funcionários que se os meninos do ADA fossem prejudicados por não “poderem” ficar ali dentro devido ao atrito entre as facções, ele iria “tacar fogo em tudo”.

É, no mínimo, curioso notar que o “chefe do tráfico” tenha ido até a instituição estatal para exigir a garantia do direito dos meninos de cumprir a medida socioeducativa. Embora ele tenha ameaçado que represálias ocorreriam caso os meninos de ADA não pudessem voltar para o CRIAAD, os jovens não se sentiram seguros para voltar a cumprir a medida no local. E, desde então, apenas meninos considerados do “terceiro” permaneceram cumprindo medida socioeducativa na instituição. Alguns meninos associados ao TCP também descumpriram a medida na semana do ocorrido, alegando que estavam inseguros de permanecer na unidade, mas a maioria voltou posteriormente para cumprir a obrigação legal que possuíam.

Aqui, vale lembrar que as relações entre os indivíduos e as facções, como aponta Grillo (2013), são marcadas por noções de oposição entre nós e eles, envolvendo uma hostilidade baseada entre o “eu” e o “outro”. Trabalhando com os conceitos de alteridade e hostilidade, Grillo expõe que “não é porque o “outro” é diferente que eu o hostilizo, mas eu o hostilizo para colocá-lo como diferente” (2013: 57). Nesse processo, estruturas de identidade e diferença dentro do simbolismo faccional promovem vínculos afetivos e de pertencimento construídos em oposição a uma alteridade, em meio às imagens de guerra e violência.

Assim, a oposição nominal entre TPC e o ADA dentro da unidade socioeducativa “estipula que o alemão é o inimigo e deve ser eliminado”. Assim, o outro torna-se “matável” por sua própria “definição” (GRILLO, 2013: 58). Em outras palavras, o sistema de inclusão/exclusão carrega dois lados: “embora promova a paz e a solidariedade interna entre os traficantes que se reconhecem pelo mesmo nome, fomenta rivalidades que culminam nas chamadas guerras” (GRILLO, 2013). Desta forma, a contaminação das pessoas pelo nome da facção pode resultar em suas mortes, quando identificados como alemão em território pretensamente inimigo.

Estar em um “território inimigo” para os meninos do CRIAAD se apresenta, na prática, como um problema – que se intensificou fortemente após a realocação da unidade –, principalmente pela construção da rivalidade e oposição inerente ao pertencimento e identificação que estes carregam. E, portanto, no caso da nossa pesquisa, esta “contaminação” atinge brutalmente a vida cotidiana dos jovens que cumprem medida socioeducativa, limitando muitíssimo a mobilidade deles pela cidade e,

consequentemente, o acesso a direitos básicos, como a ida diária à escola.

“Que direitos?”: percepções dos jovens em relação à socioeducação

A partir das falas elencadas no início da sessão anterior é possível compreender que o CRIAAD e os jovens que cumprem medida socioeducativa são vistos constantemente como uma ameaça para a segurança do bairro e da cidade. O discurso público pouco tematiza o fato desses jovens também se sentirem ameaçados constantemente ao cumprir medida socioeducativa. Mas como será que os próprios jovens enxergam o DEGASE? De que forma jovens que cumprem medida socioeducativa definem a socioeducação a partir de suas próprias experiências?

Visando debater essa questão, em uma de nossas visitas ao CRIAAD, imprimimos em papéis grandes e levamos para debater com os jovens as definições oficiais do que é o DEGASE, suas “missões” e “visões”. A ideia da atividade era, partindo das informações oficiais, buscar compreender como os jovens (re)definem os significados da instituição a partir de suas experiências e vivências. Dessa forma, vejamos a definição oficial apresentada:

O DEGASE – Departamento Geral de Ações Socioeducativas, é um órgão vinculado à Secretaria de Estado de Educação, que tem a responsabilidade de promover socioeducação no Estado do Rio de Janeiro, favorecendo a formação de pessoas autônomas, cidadãos solidários e profissionais competentes, possibilitando a construção de projetos de vida e a convivência familiar e comunitária. Criado pelo Decreto nº 18.493, de 26/01/93, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas é um órgão do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, responsável pela execução das medidas socioeducativas, preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aplicadas pelo Poder Judiciário aos jovens em conflito com a lei. Com o objetivo de atender aos preceitos constitucionais e de conformidade com o que passou a chamar-se Sistema Socioeducativo, ocorrido na vigência da Constituição da República de 1988, houve a descentralização político-administrativa. A criação do Novo DEGASE ocorreu a partir da interlocução do Governo Estadual com o Centro Brasileiro para Infância e Adolescência - CBIA, (órgão do Governo Federal no período de 1991 a 1994) em consonância com as diretrizes político-governamentais de promoção, defesa e garantia de direitos de proteção legal. Neste período, houve absorção integral dos adolescentes atendidos pela CBIA, o mesmo não ocorrendo com as instalações físicas, fato que acarretou demandas específicas no atendimento. Dessa forma, a descentralização física se une à gerencial, envolvendo todos os Sistemas de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente previstos para diminuição do ingresso e da reincidência a instituição. Atribuições:

Missão - Promover socioeducação no Estado do Rio de Janeiro, favorecendo a formação de pessoas autônomas, cidadãos solidários e profissionais

competentes, possibilitando a construção de projetos de vida e a convivência familiar e comunitária.

Visão - Instituição integrante do Sistema de Garantia de Direitos reconhecida nacionalmente como órgão de excelência, responsável pela execução da política de atendimento Socioeducativo aos adolescentes em conflito com a lei, em prol de uma sociedade livre, justa e solidária (DEGASE)¹¹

Apesar de todas as informações descritas acima terem sido compartilhadas com o grupo, os meninos comentaram e pediram para intervir em algumas partes específicas do corpo do texto que podem ser vistas nas duas imagens abaixo. Conforme eles iam comentando o que deveria ser riscado e alterado, um dos estudantes do grupo foi fazendo as anotações e marcações.

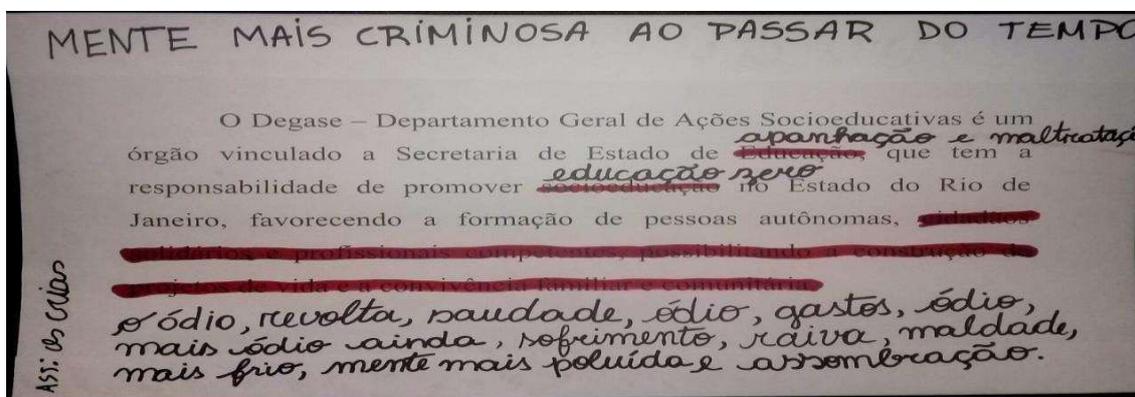


Figura 1: Foto com anotações feitas por membros da equipe a partir dos comentários que jovens faziam ao ler a definição oficial do DEGASE.

Fonte: Moura, 2019.

Como é possível observar na imagem acima, nesse trecho oficial, a Secretaria de Estado de Educação virou Secretária de Estado de “apanhação e maltratação” encarregada de promover “educação zero” no lugar de socioeducação. Os meninos do CRIAAD nos pediram para riscar “cidadãos solidários e profissionais competentes”, como também a possibilidade de construção de projetos de vida e favorecimento à convivência familiar e comunitária. No lugar, eles pediram para incluir “ódio, revolta, saudade, ódio, gastos, ódio, mais ódio ainda, sofrimento, raiva, maldade, mais frio, mente mais poluída e assombração”. Eles mesmo assinaram o documento como “os crias” e resolveram incluir um slogan inicial “mente mais criminosa ao passar do tempo”.

Vale destacar que a categoria nativa “cria” utilizada pelos meninos, na visão

¹¹ Disponível em: <http://www.degase.rj.gov.br/instituicao/quem-somos>. Acesso em: 5 dez. 2019.

deles, faz referência a quem “é nascido e criado” geralmente em uma favela, ou seja, “é de raiz”. Lyra, ao analisar tal categoria, salientou que ela está associada a uma esfera de pertencimento, que se refere ao “conjunto de pessoas e lugares aos quais esses jovens se sentem ligados afetivamente e que se afirma como produto direto de suas trocas sociais” (2013: 3). O autor descreve que a categoria cria é usada por moradores, envolvidos ou não no tráfico, com raízes na favela onde vivem. Sendo considerada como “primeira identidade coletiva gerada nos círculos concêntricos de afeto mobilizados pelos jovens na construção simbólica do seu mundo social” (2013: 4), Lyra esclarece que cria é uma categoria afetiva e se afirma como produto direto de suas trocas sociais (2013: 3). Nas palavras do autor:

sujeito “nascido e criado” no morro onde vive, com ele se confunde a tal ponto que partilha, junto aos outros crias, de um status fraternal cujo peso simbólico é considerável. O cria é por si só uma identidade política, mas também uma categoria afetiva na qual todos são percebidos como “filhos” da comunidade e estão, por isso, obrigados a certos deveres uns com os outros. O cria, como filho da comunidade, é também um irmão local. Aqueles que se reconhecem enquanto tais estão, portanto, entrelaçados por uma origem comum e nascem, por assim dizer, como seres sociais reciprocamente atados por nós de lealdade. (Lyra, 2013: 4).

No caso dos jovens com quem convivemos no CRIAAD de Campos, a categoria era acionada com frequência para fazer referência a uma identidade comum. Essa identidade comum, somada às experiências compartilhadas, permitiu que eles facilmente concordassem que a visão do DEGASE “escrita no papel” era muito diferente e distante daquela vivenciada por eles na prática. Para questionar então a definição oficial, eles começaram a formular questões em cima do texto impresso retirado do site do DEGASE, como pode ser visto na imagem abaixo:

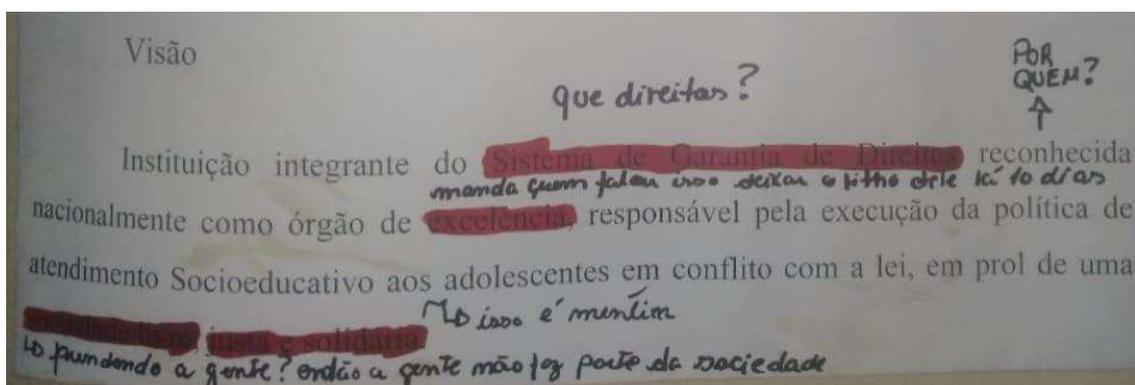


Figura 2: Foto com anotações feitas por membros da equipe a partir dos comentários que jovens faziam

ao ler qual seria a visão do DEGASE.
Fonte: Moura, 2019.

Na parte em que é dito que a instituição é integrante do Sistema de Garantia de Direitos, os meninos questionaram “que direitos?”. E, logo em seguida, perguntaram “por quem?” a instituição era reconhecida assim. Já no trecho do texto que aponta que se trata de um órgão de excelência, eles provocaram sugerindo: “manda quem falou isso deixar o filho dele lá 10 dias”.

Quando leram o trecho que apontava que se tratava de uma instituição em prol de uma sociedade livre, justa e solidária, um deles questionou: “prendendo a gente? Então, a gente não faz parte da sociedade”. E pediram para puxarmos uma seta em cima dos adjetivos “justo e solidário” apontando que “isso é mentira”.

Quando pedimos para eles elaborarem um resumo de como definem a “medida socioeducativa”, eles foram bastante sintéticos e diretos. Indicaram que no cartaz deveria estar escrito que medida socioeducativa é “cadeia”, uma vez que, na visão deles, eles ficam “presos” na instituição.



Figura 3: Cartaz produzido como síntese da visão dos jovens sobre DEGASE.
Fonte: Moura, 2019.

Em resumo, os jovens com quem convivemos durante o trabalho de campo no CRIAAD não sentiam que estavam cumprindo medida socioeducativa. Na perspectiva deles, eles estavam presos. Como bem indicou Neri (2009), os adolescentes, em algumas ocasiões, demonstram que encaram “as passagens por unidades de internação e pelo sistema socioeducativo como um percurso natural de quem está na “vida do crime” (2009: 78). Porém, ao se referirem ao tempo desprendido na definida “cadeia dimenor”, utilizavam-se de definições como um “sofrimento” ou um “massacre” (Neri, 2009: 78).

As definições oficiais sobre a proposta, definição e deveres da socioeducação e do DEGASE, na visão dos jovens, não tinham qualquer relação com a realidade vivida por eles. Para ilustrar as experiências e narrativas dos meninos associadas ao DEGASE, apresentamos abaixo a letra de um rap produzido por eles durante uma das atividades que realizamos no projeto:

Tristeza é tão ruim
Não dá pra pensar em nada
Só quem sabe, sabe
É muito ódio nessa estrada
Liberdade é um sonho que só da saudade
Aqui na cadeia é só massacre
Sendo tratado como bicho, é mó sofrimento
Pra chegar a sexta feira maior processo lento
Meu filho me chamando dá mó preocupação
Já começo a chorar é muita emoção

A música, que resultou de uma composição coletiva, revela que a rotina de cumprimento da medida os entristece, quando não conseguem “pensar em nada”. Em referência a “só quem sabe, sabe”, a perspectiva tomada é que suas categorias de pertencimento e identificação colocam personagens que podem entender a questão da vivência deles ser contemplada com “muito ódio” durante o percurso. As unidades socioeducativas são representadas novamente como uma cadeia e dentro da ótica de “massacre”, ao lado da saudade que os meninos sentem sobre a liberdade fora da instituição.

A experiência de sofrimento é associada, principalmente, ao tratamento que eles recebem na instituição, que na percepção deles envolve uma desumanização de seus corpos. No momento de produção da música, eles falaram de alguns abusos e violação de direitos que já sofreram, especialmente durante a internação (que eles, às vezes, chamam de “regime fechado”). Eles comentam sobre esses abusos com muita revolta, assinalando que esses casos nunca “dão em nada”, já que os agentes não ganham “punições”.

No fim da música, tratam da ansiedade para chegar o final de semana, que é o momento dentro da semiliberdade no qual eles podem voltar para a “pista”. Eles contam que esse é o momento no qual conseguem matar saudades dos familiares e distrair um pouco a cabeça saindo com amigos e indo para os bailes.

A experiência de reencontro e a dor da saudade foram ressaltadas com ainda mais

intensidade pelos jovens que já são pais. Eles contam que sentem muita falta dos filhos, e, além disso, sentem muita preocupação por não estarem presentes nas rotinas deles. Esse é um tema que os toca tão profundamente que alguns apontaram que preferem nem comentar muito sobre isso para não chorar.

O desejo maior dos jovens, resumido em uma bandeira que eles produziram em uma das atividades do projeto, é o de liberdade, uma vez que vivenciam a experiência do socioeducativo como uma prisão. A síntese dessa prisão são as grades e “trancas” – termo usado por eles para se referirem aos dormitórios nos quais passam a noite e boa parte do dia com as portas trancadas.



Figura 4: Foto da bandeira produzida pelos pesquisadores e os meninos do CRIAAD em conjunto.
Fonte: Moura, 2019.

No caso da nova sede, antigas salas de aula do CEJOPA foram transformadas em “trancas” do CRIAAD. De forma diferente da antiga sede, no novo espaço, os “dormitórios”, “alojamentos”, “celas” ou “trancas” ficam de frente para a entrada e quase no “centro” do ambiente, dando possibilidade de serem notadas logo no primeiro contato visual com a instituição. A construção dos dormitórios nessa parte frontal do prédio, que é gradeada e vazada, possibilita que qualquer visitante enxergue o corredor que fica entre o gradeamento e as “trancas”. Essas “trancas” possuem uma porta totalmente fechada em ferro na parte inferior e vazada com ferros verticais na parte superior, sendo compostas, no interior, por quatro “camas” de concreto forradas com colchonetes, duas em cada lateral do espaço e no fundo uma pia e um vaso. Como debateremos na próxima seção, dentro das “trancas”, os jovens não podem ter acesso a objetos pessoais trazidos de casa, nem a materiais escolares. O fato de não poderem estudar dentro das “trancas” reforça a ideia de que não estão vivendo uma socioeducação, mas sim uma experiência

de prisão.

Em uma das atividades que realizamos com os jovens do CRIAAD, pedimos para eles produzirem um “mapa” da unidade. Nesse mapa, eles destacaram alguns dos ambientes que fazem parte da sede como: 1- Refeitório; 2- Sala de administração; 3- Sala da direção; 4 - Sala da pedagoga 5- Oficina; 6 - Sala dos funcionários; 7 - Alojamento; 8- Banheiro.

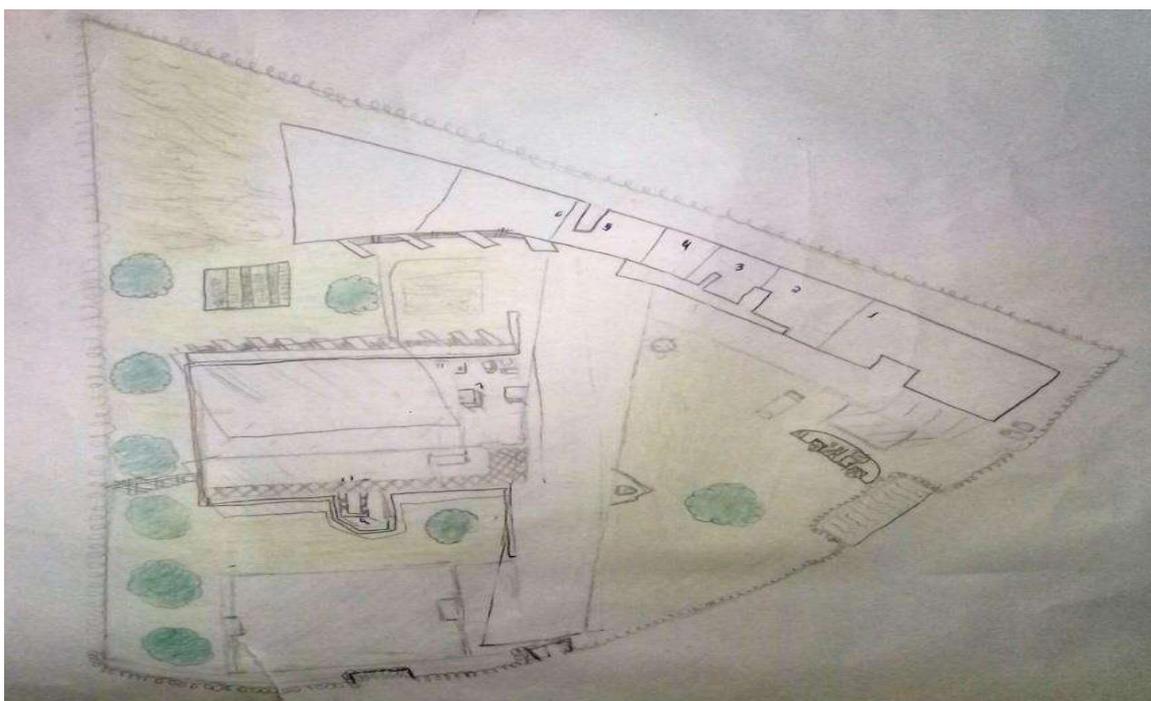


Figura 5: Mapa da nova unidade e sede do CRIAAD produzido pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na unidade.

Fonte: Moura, 2019.

O fato de não poderem circular livremente por esses ambientes reforça ainda mais a sensação dos meninos de estarem vivendo em uma cadeia. Eles contam que os horários na instituição são bastante rígidos e os agentes socioeducativos sempre cobram que eles sejam cumpridos pelos meninos. Os jovens passam a noite trancados nos dormitórios que são abertas às oito e meia da manhã. Nesse período “fora da tranca”, eles enfatizam que correm para usar o banheiro até as dez horas da manhã para tomar banho.

O momento “fora da tranca” de manhã termina às onze ou onze e meia, horário no qual os meninos são direcionados ao refeitório para buscar o almoço e voltar para as “trancas”. Nossas atividades, que começavam por volta de nove horas, terminavam sempre no momento de volta para as “trancas” e, mesmo quando os meninos desejavam

“ficar mais um pouco”, isso não era algo negociável na visão dos agentes. Isso porque quando os agentes “trancam” todos os meninos depois do almoço, eles (funcionários) dizem que também precisam ter direito ao “horário de almoço” e “descanso”, utilizando este momento para essas atividades.

Na parte da tarde, os meninos ficam “fora da tranca” das duas às quatro. Alguns dias, nesse horário, são realizadas atividades organizadas pela Igreja Universal e Católica, treinos de karatê, atividades de educação física, recreação (envolvendo aulas de arte) e plantações na horta. Essas atividades são realizadas por voluntários e os meninos não são obrigados a participar. No entanto, aqueles que participam “ganham pontos” quando as técnicas vão produzir relatórios sobre o comportamento dos jovens.

Outro fator decisivo na produção dos relatórios que são encaminhados para justiça é o fato dos jovens estarem ou não frequentando a escola. No entanto, como mostraremos a seguir, o número de adolescentes que saem diariamente do CRIAAD de Campos para ir ao colégio era bastante reduzido. E, também como mostraremos a seguir, é fundamental refletir sobre as dinâmicas da “violência urbana” e dificuldades de mobilidade pela cidade para compreender essa baixa adesão à escola por parte dos meninos do CRIAAD.

(I) mobilidade pela cidade e dificuldade no acesso à escola

Em campo, notamos que o acesso à escola para os meninos do CRIAAD se mostra bastante restrito. Há uma enorme defasagem entre idade e série no âmbito educacional, além de uma considerável parcela dos jovens que cumpre medida socioeducativa chegar à unidade sem estar matriculado em alguma escola.

Após chegarem ao CRIAAD, alguns inicialmente demonstram desejo de voltar a estudar, nem que seja em busca de uma maior liberdade, já que, caso estejam matriculados na escola, podem sair todos os dias ao invés de ficarem reclusos o dia todo no CRIAAD. Contudo, mesmo com essa possibilidade, muitos meninos acabam desistindo de frequentar a escola por motivos diversos. Uma das justificativas que eles apresentam com mais frequência para explicar por que não vão para escola é a configuração de tensão entre as facções – que ficou mais latente na nova sede como mostramos acima. Essa configuração faz com que eles considerem sair e entrar do CRIAAD para ir à escola como arriscado e perigoso.

Apesar de não ignorarem essa configuração, tanto os agentes socioeducativos como os técnicos do CRIAAD constantemente repetiam que a questão principal era que os meninos “não gostam de estudar”. Embora os meninos assumissem que tinham várias questões em relação à escola, as visões que eles apresentaram sobre educação eram bem mais complexas do que a simples afirmação de que eles gostam ou não de estudar.

Quando falavam sobre a escola, eles recorrentemente apresentavam a demanda de poder ter acesso aos seus materiais escolares dentro dos alojamentos/ “trancas”. Segundo eles, aqueles que estão frequentando a escola, não teriam como estudar para provas ou fazer trabalhos durante os dias da semana em que estão em cumprimento da medida, apenas nos finais de semanas “livres”. Isso porque eles não podem ter acesso a livros, cadernos, canetas, nenhum material escolar enquanto estão no alojamento. Além disso, eles reclamavam do fato de não poderem levar mochilas para o colégio.

Eles apontavam que não podiam entrar com mochila na instituição. Então, tinham que guardar as bolsas em casa. Logo, só quem morava “perto” e/ou tinha condições de ir em casa buscar o material antes do início das aulas poderia ir com mochila para o colégio. Essas e outras questões foram tratadas em uma roda de conversa coletiva dos jovens com uma defensora pública de Campos dos Goytacazes, que ocorreu em julho de 2019.

Essa reunião foi agendada com a defensora pelo nosso grupo de pesquisa a pedido dos jovens. A necessidade de tal encontro surgiu porque os jovens geralmente tinham encontros individuais para tratar de questões relacionadas à medida de cada um com a defensora, mas nunca tinham tido a oportunidade de conversar com ela de forma coletiva sobre questões relacionadas ao funcionamento do CRIAAD.

O encontro contou com a presença da defensora, a participação de muitos jovens, de membros da nossa equipe de pesquisa, de alguns técnicos e de um agente socioeducativo. Um trecho do diário de campo produzido por Mariana Silva da Conceição, uma das integrantes do nosso grupo de pesquisa, ajuda a dar um panorama de como a reunião ocorreu:

Uma das maiores reclamações era a questão da escola, pois os meninos receiam em sair de lá e sofrerem algum tipo de violência por estarem em um espaço de facção oposta. Sobre isso, um jovem comentou que a motivação para os meninos não irem à escola é que quem “sai pra escola vira presunto”. Outro afirmou que a instituição teria que ser em um local neutro onde ficariam tranquilos.

Jovens começaram a contar que um dia foram seguidos na rua. Duas saídas para esse problema foram dadas: uma seria a existência de um transporte para os meninos irem e voltarem da escola e a outra seria a existência de uma escola dentro do CRIAAD. Para a defensora, a segunda ideia não seria boa, pois feriria um dos princípios da semiliberdade, que é a socialização. Entretanto, a primeira não seria uma boa opção, pois poderia levar a implicações, como o aumento da estigmatização destes jovens, já que somente chegariam e sairiam da escola com o ônibus destinado ao transporte dos mesmos.

Foi conversado se o transporte dos adolescentes de ônibus à escola seria mais perigoso ou não, já que vários “alvos” estariam em um mesmo espaço. Mas, na visão dos meninos, o transporte dificilmente seria atacado uma vez que nele estariam adolescentes das duas facções que cumprem medida no CRIAAD.

Além da questão da localização do espaço, outra reclamação é o fato de não poderem entrar no CRIAAD com o material escolar e não poderem usar mochila. Um funcionário do setor administrativo afirmou que a proibição se dá pela possibilidade de entrada junto a mochila dos adolescentes de armas e/ou drogas. Ele afirmou que se os jovens pudessem usar mochila, seria mais difícil fazer a revista de todos os adolescentes sempre que eles chegassem ou saíssem. Mesmo com a defensora se colocando contra a proibição da entrada da mochila, ele disse que seria o certo a se fazer, já que trabalha ali e sabe como funciona.

A defensora apontou que o fato os adolescentes que estudam só poderem ir para escola com uma pasta dada pelo próprio CRIAAD, sem mochila, geraria uma distinção desses adolescentes em relação aos demais estudantes por serem privados de utilizarem os materiais básicos de estudo. Além disso, essa proibição também geraria um déficit no aprendizado pela falta de acesso aos mesmos materiais do restante dos alunos na escola e no próprio CRIAAD, já que, como não podem ter acesso a livros e cadernos, não conseguem estudar para as provas, por exemplo.

Dois jovens afirmaram que geralmente tem que estudar nos minutos anteriores a aplicação da avaliação e prestar bastante atenção nas aulas, para aprender nelas, e assim conseguirem fazer uma boa prova, já que quase não tem oportunidade de estudar enquanto estão dentro da unidade socioeducativa.

Eles disseram que ao sair do CRIAAD vão para casa, pegam o material escolar e aí vão para a escola. Na volta, passam novamente em casa para deixarem o material. Um deles vai sozinho, enquanto a família do outro o busca diariamente e o leva para casa. Esse segundo relatou que essa rotina acaba gerando “muito gasto” para a família. Outro adolescente ficou brincando “como eu vou pra Quissamã pegar a mochila?”. Por não ser da cidade de Campos, ele apontou que não tem essa opção de ir até em casa pegar material para estudar antes de ir para o colégio. Um outro jovem ainda comentou: “quem quer estudar vai de qualquer jeito, mas se não tiver alguém para ajudar fica difícil”.

Sobre um CRIAAD ideal, afirmaram que deveria ter uma piscina para fazerem natação, uma quadra e que seria interessante que tivesse um professor de educação física que ensinasse um esporte que todos gostassem, como futebol (...).

A defensora disse que os meninos precisavam “superar esse espírito de facção que eles têm”, essa coisa de doar a vida a uma facção, já que quem realmente estava ganhando dinheiro não era nenhum deles. Posteriormente, ela criticou o próprio Estado por desconsiderar a existência das facções na hora de escolher, por favor, o local para alocar a sede do CRIAAD (...).

Os jovens reclamaram sobre a segurança do local, pois várias vezes pessoas do entorno ligadas à ADA subiam no muro e até o pularam para os ameaçar. Falaram sobre a ausência e a ineficiência do policiamento, já que a presença da polícia não impossibilitou a invasão ocorrida e nem conseguiria defender eles caso algo viesse a acontecer: “Eles vão querer perder a vida pela gente?”.

Uma técnica falou que os policiais não estavam lá para defender eles e sim os funcionários e que se eles (adolescentes) estavam com medo, eles (funcionários) teriam ainda mais (...).

Como trecho do diário acima mostra, os jovens reclamaram bastante de não poderem ir para o colégio usando mochila e nem poderem ter acesso ao material escolar dentro dos dormitórios. O agente que participou da roda de conversa com a defensora rebateu o argumento dos jovens apontando, primeiramente, que a permissão para usar materiais escolares dentro do CRIAAD era algo que “não iria fazer diferença” para os jovens, já que mesmo assim “eles não estudariam”, pois “eles não gostam de estudar”. Em relação à reclamação sobre o uso da mochila, ele argumentou que os meninos têm o direito de levar apenas uma pasta para a instituição escolar e que isto “não afetava” o desempenho deles.

A defensora questionou as proibições e mencionou os direitos legais dos meninos e os deveres do CRIAAD. Ela argumentou que os meninos tinham que ter o direito de ir para escola com mochila (e não só com a pasta onde cabem poucas folhas de papel), porque a instituição não poderia promover diferenciações dos jovens do CRIAAD em relação a outros alunos no ambiente escolar. Nas palavras dela, todos deveriam ter direito iguais no acesso à educação.

Tal fala gerou uma visível irritação no agente que começou a insinuar que “só quem sabe da realidade da instituição era quem vivencia o cotidiano do CRIAAD”. Ele reforçou que alguns procedimentos como o uso da mochila são necessários para segurança de todos ali, já que o uso da mochila poderia facilitar que os jovens voltassem ao CRIAAD com drogas ou até armas.

Apesar de ter questionado o agente do CRIAAD em relação à questão do material escolar, a defensora, em alguns momentos, também apresentou um tom crítico em relação a postura dos jovens, pedindo, por exemplo, para que superassem o “espírito de facção que eles têm”. Os meninos que estavam participando da reunião mostraram, no entanto, de forma muito clara em suas falas como os conflitos ligados ao comércio de drogas varejista na cidade são muito mais amplos e complexos do que a escolha individual de “doar a vida” ou não a uma facção. Ainda que deixem de estar envolvidos com a venda de drogas, eles sabem que só pelo fato de morarem em determinada área já são associados a uma facção e, logo, são considerados “inimigos” de outra. Por isso, eles apresentaram à defensora a demanda por uma sede do CRIAAD que estivesse situada

em um “território neutro”. Nesse ponto, a defensora concordou com eles que o Estado errou ao desconsiderar os conflitos territoriais associados às facções na hora de escolher a nova sede do CRIAAD.

Os jovens relataram várias perseguições que sofreram ao sair da instituição socioeducativa para ir à escola. Eles apresentaram o exemplo de um jovem cumprindo a medida que sofreu ameaças. Segundo técnicos presentes na conversa com a defensora, a diretoria da escola do jovem ligou para o CRIAAD avisando que ele tinha chegado ao colégio muito assustado e amedrontado, relatando que foi perseguido por um carro que tentou atirar nele.

Depois desse incidente narrado durando a reunião, o jovem participou poucas vezes das atividades que realizamos no CRIAAD. Em uma delas, outros meninos comentaram sobre o caso e notamos que ele ficou com uma postura cabisbaixa, se mostrando mais tímido do que de costume, apresentando um desconforto ao ser questionado ou induzido a contar sobre o ocorrido pelos colegas.

O medo de entrar e sair do CRIAAD para ir à escola parecia rondar o cotidiano dos jovens. Isso ficou muito evidente para nossa equipe em um dia que estávamos saindo do CRIAAD quando três meninos viraram a esquina da instituição voltando da escola. Ao ver um carro preto (no qual estavam algumas pessoas do nosso grupo de pesquisa) fazendo manobra perto da entrada da instituição, os três correram assustados para a entrada da sede, batendo no portão de forma afobada. Eles pareciam estar apavorados, ansiosos para que o portão fosse logo aberto, até que um deles soltou “ah, é o povo da UFF”, cessando as batidas na porta.

Além do medo de entrar e sair do CRIAAD, alguns jovens apontaram que também tinham deixado de estudar por estarem matriculados em “áreas de facções rivais”. Essa mesma justificativa é utilizada para explicar por que nenhum jovem do CRIAAD estuda no CEJOPA. Como a escola fica colada na unidade, o deslocamento entre uma unidade e outra seria muito rápido e fácil. No entanto, além do estigma que faz com que professores e alunos temam muito a presença dos jovens do DEGASE na escola, a principal explicação para eles não estarem matriculados no CEJOPA é a disputa entre facções na área. Por ficar próximo de uma favela que é considerada dominada pela ADA, a escola é considerada como uma “escola de ADA”, logo, a maior parte dos jovens do CRIAAD não poderia estudar ali por eles serem considerados como parte do Terceiro Comando.

Outro ponto que atrapalha a permanência dos jovens na escola é o tratamento que recebem mesmo quando o colégio está situado em um território considerado neutro ou seguro (que não envolve disputa de facções). Como resumiu Silva (2019), “na escola, como em outros lugares, as pessoas os enxergam de forma diferente, influenciando o jeito com que são tratados (2019: 34).

Durante uma das atividades realizadas no CRIAAD, um dos jovens contou que começou a se sentir estigmatizado na escola, antes mesmo de ingressar no sistema socioeducativo. Ele nos contou que “antigamente sofria mais na escola por causa do meu pai ser preso”. Como a prisão do seu pai foi amplamente divulgada na mídia local, ele apontou que todos da escola sabiam do ocorrido. Logo, esse fator influenciava como um ponto negativo que o levava a passar por situações de ser “tratado mal” ou “zoad”. Atualmente, segundo o jovem, ninguém mais o “trata mal ou zoa” como antigamente. Mas, na visão dele, isso não ocorre mais porque “eles têm medo de fazer alguma coisa agora”, já que sabem que ele está cumprindo medida socioeducativa.

Em resumo, podemos dizer que, ao longo de nosso trabalho de campo, notamos que os jovens que cumprem medida socioeducativa têm plena consciência de que se estiverem matriculados na escola e frequentarem as aulas podem ter o tempo de permanência no sistema socioeducativo reduzido. Eles também não negam a importância dos estudos. No entanto, temem deixar a unidade todos os dias para estudar por saberem que isso pode, em primeiro lugar, colocar a vida deles em risco.

Além disso, eles se veem constantemente desestimulados por ouvir constantemente de funcionários do DEGASE que “eles não gostam de estudar” e por saberem que, ao chegar na escola, não encontrarão um ambiente acolhedor ou atraente para que possam desenvolver suas habilidades e se relacionar com outros jovens. Muitos afirmam acreditar que a escola não é para eles.

Porém, paralelamente, é interessante notar que, ao comentarem sobre o futuro dos filhos (que já tem ou que querem ter), o discurso dos jovens em relação à educação formal muda radicalmente. Eles afirmam que não existe a possibilidade de um filho ou uma filha deles não querer estudar. Um deles disse: “eu prendo ele na escola, tem que estudar”. Isso porque eles não negam que a escola é fundamental para que possam “melhorar de vida”.

De forma bastante crítica, eles reclamam da falta de investimentos do Estado na educação, da precarização da estrutura das escolas e da falta de preparo e paciência de

muitas professoras para entender a situação que eles enfrentam ao chegar na escola. Além disso, eles apontam que o CRIAAD seria mais digno se o poder público oferecesse para eles cursos profissionalizantes ou mesmo simples melhorias, como a presença de um professor de educação física juntamente com uma estrutura melhor com quadra de qualidade na instituição para que pudessem praticar esportes.

É importante ressaltar que os jovens encontram pouca estrutura e atividades voltadas para socioeducação no CRIAAD. Ao passarem da internação para semiliberdade na cidade de Campos o acesso à escola, muitas vezes, torna-se ainda mais difícil. Isso porque, há uma escola dentro da unidade de internação (“regime fechado”) de Campos. Embora o número de professores seja reduzido e existam diversos problemas estruturais nessa unidade escolar¹², o acesso aos estudos é minimamente garantido. Quando eles passam para o CRIAAD, no entanto, embora tenham o direito de teoricamente sair diariamente da unidade para estudar, múltiplas são as barreiras para acessar à escola. E, conseqüentemente, a maior parte dos jovens cumprindo medida socioeducativa no CRIAAD de Campos abandona os estudos.

Silva (2019) aponta ainda que, apesar de na lei os meninos terem o direito de acessar à escola, na prática, muitos colégios utilizam de diversas estratégias para não receberem os jovens, dificultando, assim, o trabalho realizado pelas assistentes sociais (Silva, 2019: 34). Como apontam Dias e Onofre (2011), os chamados “menores infratores” são tachados de alunos “problemáticos”, “agressivos” e outros “estereótipos estigmatizantes”. Logo, a presença deles no colégio não é desejada e é muitas vezes evitada ao máximo ou mesmo desestimulada de várias formas.

O abandono escolar pode ser explicado, portanto, não só porque “os meninos não gostam de estudar”. Tal abandono tem relação também com o sentimento de discriminação, as reprovações explícitas e implícitas, a falta de atração pela escola e conteúdo apresentado nas matérias curriculares, as dificuldades de aprendizagem, as perseguições ou a constante vigilância dos funcionários, os problemas de relacionamento com educadores e/ou a falta de abertura para outras práticas culturais e

¹² Estudos realizados em outras unidades do DEGASE mostram como o funcionamento de escolas dentro do socioeducativo envolve vários problemas e questões. Martins, ao relatar uma cena etnográfica observada por ela no Centro Socioeducativo Dom Bosco, mais conhecido até hoje como “Padre Severino”, aponta que um agente socioeducativo “dizia que a escola que funcionava lá parecia não entender que os internos não eram crianças e ensinava coisas totalmente distantes da realidade deles. As placas coloridas para indicar os locais dentro da Unidade, e as aulas sobre coisas triviais ou “infantis”, para eles, nada tinham a ver com os adolescentes, que lá fora ‘já transaram várias vezes, tiveram filhos e mataram’. ‘Eles não são crianças, e a escola parece não entender isso’” (Martins, 2017: 76).

esportivas mais próximas da realidade dos adolescentes. Em resumo:

[...] no caso específico do adolescente em conflito com a lei e sua relação com a escola, não basta reclamar a integração, nos espaços escolares, dos que estão deles marginalizados. Para além disso, é necessário integrar a escola no processo de construção e transformação do mundo, para que ela possa ser um local de promoção de relações democráticas, humanas e críticas (Dias; Onofre, 2011: 40).

É importante lembrar, como ressaltam Abramovay e Rua, que a “escola pode discriminar e estigmatizar, marginalizando o indivíduo formal ou informalmente, nos seus direitos de cidadania e no seu acesso às oportunidades” (2003: 41). Por isso, não basta apenas criticar apenas o “desinteresse dos jovens pela escola”. É necessário buscar entender os múltiplos fatores que fazem com que esses jovens não sintam que a escola (ou mesmo a cidade) é um lugar deles ou para eles.

Considerações finais

O presente artigo resulta de um exercício de antropologia pública. Trata-se de uma experiência cujo objetivo central era gerar encontros entre jovens que tinham ingressado há pouco tempo na universidade pública e jovens que estavam cumprindo medida socioeducativa em semiliberdade. A ideia do projeto de pesquisa e extensão era criar oportunidades para que esses jovens pudessem trocar saberes, afetos e experiências em relação à cidade de Campos dos Goytacazes.

Tal exercício teve como ponto de partida a ideia de que o pronunciamento de autoridades e ou especialistas sobre a cidade não é suficiente para compreendermos as dinâmicas urbanas e experiências vividas por atores concretos. Como sugere Borofsky (2000), a “verdade” não reside nas exortações de especialistas, ela se desenvolve gradualmente nos argumentos e contra-argumentos das pessoas que vivem diretamente as experiências. Por isso, o autor sugere que uma antropologia pública deve investigar os desafios e contradifios. Quanto mais amplos e abrangentes forem os desafios, mais ampla e abrangente será a autoridade das reivindicações.

As reivindicações apresentadas no presente trabalho emergem dos próprios jovens que cumprem medida socioeducativa no CRIAAD de Campos dos Goytacazes. Eles foram tratados, ao longo de todo o projeto de pesquisa e extensão, como “atores

competentes” (Garfinkel, 1967), capazes de elaborar suas vivências e expor suas complexas percepções sobre violência, sociabilidade, educação e mobilidade na cidade.

Ao longo do artigo, buscamos evidenciar as competências desses atores ao narrarem suas experiências dentro e fora dos muros do CRIAAD. E, nessas considerações finais, destacaremos como essas experiências podem ser mais bem compreendidas se forem analisadas a partir de sobreposições entre reflexões sobre infraestrutura, mobilidade e violência urbana.

Tomamos como ponto de partida a mudança de sede da unidade de semiliberdade para explicitar como “o que para alguns é uma infraestrutura, para outros é uma coisa distinta, às vezes um obstáculo” (Star, 2020). Mostramos como a mudança de sede e de infraestrutura da instituição que, na teoria, geraria melhores condições de vida para os jovens que cumprem medida socioeducativa, na prática, gerou novos conflitos. A partir dessa mudança, um sentimento generalizado de insegurança passou a fazer parte não só da vida da “comunidade escolar” do CEJOPA e dos moradores do bairro, mas também dos funcionários do CRIAAD e dos próprios jovens que cumprem semiliberdade na unidade.

Como sugerem Star & Ruhleder (1996), precisamos pensar nas infraestruturas “não como coisas em si, distantes do uso” (Star; Ruhleder, 1996), mas como um conceito relacional que emerge a partir de práticas organizadas (Jewett; Kiling, 1991). Nesse sentido, no caso do CRIAAD, os impactos da mudança de sede e de infraestrutura da unidade só podem ser compreendidos se levarmos em consideração as dinâmicas e práticas violentas relacionadas aos conflitos territoriais associados ao comércio varejista de drogas na cidade.

A mudança de sede do CRIAAD significou que os jovens tiveram que passar a lidar não só com uma nova estrutura física – que na visão deles é menos confortável e segura –, mas também com novas práticas – que incluíram desde a estigmatização deles pela “comunidade escolar” e pela vizinhança (que os enxergam e tratam como “bichos”) até as constantes ameaças e tentativas de invasão dos muros do CRIAAD. Por tudo isso, é possível afirmar que, na visão de nossos interlocutores, a nova infraestrutura se tornou um obstáculo que dificultou significativamente a mobilidades dos jovens pela cidade e o acesso deles à escola.

A pesquisa que realizamos no CRIAAD evidencia que da mesma forma que não é possível tratarmos das infraestruturas de forma estática, tampouco podemos falar em

mobilidades sem problematizar o poder de vida e morte que se faz presente na materialidade dos muros e checkpoints, assim como na materialidade difusa dos códigos de diferenciação, dos protocolos de suspeição e das fronteiras raciais (Sheller, 2018). Só podemos compreender a experiência dos jovens que cumprem semiliberdade se levarmos em consideração as barreiras (tanto as materiais como as simbólicas) que eles precisam enfrentar cotidianamente para se mover dentro do próprio CRIAAD ou mesmo pela cidade.

Como mostramos ao longo do artigo, na percepção dos jovens, “medida socioeducativa é cadeia”, porque eles se sentem presos dentro dos muros do CRIAAD¹³. Eles sentem que estão em uma estrutura muito próxima à de uma prisão, porque não têm liberdade para circular pelos diferentes espaços da unidade e ficam boa parte do dia imóveis nas “trancas” – que sintetizam a ideia de confinamento – sem poder ter acesso até mesmo a livros e materiais escolares.

Embora estejam em semiliberdade – e teoricamente deveriam ter a possibilidade de circular diariamente pela cidade para frequentar a escola –, os jovens cumprindo medida socioeducativa temem ultrapassar os muros do CRIAAD. Atravessar o portão que separa dentro e fora da instituição significa concretamente para eles o risco de perder a vida. Por isso, esses jovens vão ficando cada vez mais distantes da educação formal, enredados nas tramas da violência urbana, tendo cada vez menos direito a ter direitos.

¹³ É importante ressaltar que, ao longo do artigo, buscamos analisar de diferentes maneiras as relações entre dentro e fora do CRIAAD. Não trabalhamos ao longo da pesquisa com a ideia de que o CRIAAD pudesse ser pensado como uma “instituição total”, uma vez que se trata de um centro que implementa uma medida de semiliberdade (e, logo, em teoria, não estaria alicerçado na perspectiva de que os adolescentes permaneçam muito tempo institucionalizados. A ideia da semiliberdade seria que os jovens pudessem desenvolver suas habilidades e responsabilidades para efetivá-las ao adquirir a liberdade definitiva). Além disso, assim como outros autores, julgamos relevante problematizar, de um modo geral, o uso do conceito de instituições totais tal como formulado por Goffman (1974). Cunha (2002), por exemplo, argumenta que instituições prisionais recebem, na atualidade, diversas influências externas, o que faz com que estejam menos fechadas. Nas palavras dela: “mais controlada do exterior e dele estruturalmente dependente, menos fechada sobre si própria, com fluxos de toda a ordem atravessando os seus limites materiais, a prisão deveio, por consequência, menos «total»” (2002: 26). Consideramos que, no caso do CRIAAD, tão importante quanto enfatizar a percepção de privação de liberdade dos jovens, seria analisar também os fluxos (de corpos, objetos e informações) que atravessam os limites da instituição.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVSY, Miriam. RUA, Maria das Graças. *Desafio e alternativas: violência nas escolas*. Brasília, UNESCO/UNDP, 2003.

BOLTANKI, Luc e THÉVENOT, Laurent. A Sociologia da Capacidade Crítica. *European Journal of Social Theory*, n. 2, v. 3, p. 359 - 377, 1999.

BOROFSKY, Robert. Public Anthropology: Where To? What Next?. *Anthropology News*, 45, p. 9–10, 2010.

BOROFSKY, Robert. Public Anthropology. *The International Encyclopedia of Anthropology*, p. 1–10, 2018.

CEFAÏ, Daniel; MELLO, Marco Antonio da Silva, MOTA, Fabio Reis; VEIGA, Felipe Berocan. *Arenas públicas*. Por uma etnografia da vida associativa. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011.

CEFAÏ, Daniel. “Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva”. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

CORREA, Diogo Silva e DIAS, Rodrigo de Castro. A crítica e os momentos críticos: de la justification e a guinada pragmática na sociologia francesa. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 67-99, abr. 2016.

CUNHA, Manuela Ivone. *O bairro e a prisão: a erosão de uma fronteira*. Portugal, Artigo Universidade do Minho, 2003.

DIAS, Aline Fávoro e ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. A relação do jovem em conflito com a lei e a escola. In: ELIASOPH, N. *Avoiding politics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1998.

FERRADÁS, Carmen. ¿Desarrollo y seguridad o antropología pública? Reflexiones sobre los usos de la antropología. *Etnografías Contemporáneas* v. 1, n. 1, p. 58-70, 2015.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca e LAGES, Mauricio. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 123, p. 121–142, 2020.

FREIRE, Jussara; FERREIRA, Diogo da Cruz; SOARES, Viviany F; SANTOS, Tayná. Violência urbana e experiências públicas de familiares de vítimas no interior do estado do Rio de Janeiro. *Sociabilidades Urbanas: Revista de Antropologia e Sociologia*, v. 1, n. 2, p. 165-185, 2017.

FREIRE, Jussara. *Problemas públicos e mobilizações coletivas em Nova Iguaçu*, 1. ed., Rio de Janeiro, Garamond, 2016.

GARFINKEL, Harold. *Studies in Ethnomethodology*. Nova Jersey, Englewood Cliffs/Prentice Hall, 1967.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. Trad. Dante M. L. São Paulo, Perspectiva, 1974.

GRILLO, Carolina Christoph. *Coisas da vida do crime: tráfico e roubos em favelas cariocas*. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

HANNAM, Kevin et al. Mobilities, immobilities, and moorings. *Mobilities*, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2006.

JEWETT, Tom e KLING, Rob. The dynamics of computerization in a social science research team: A case study of infrastructure. strategies and skills. *Social Science Computer Review*, v. 9, n. 2, p. 246-275, 1991.

LARKIN, Brian. The politics and poetics of infrastructure. *Annual Review of Anthropology* 42, p. 327-343, 2013.

LEITE, Márcia Pereira. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da cidadania e da política no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, 2000.

LYRA, Diogo. Cartografias Afetivas na Cidade: As esferas de pertencimento de jovens traficantes da Baixada Fluminense. In: 37º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindóia, 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio e LEITE, Maria Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? *Sociedade e Estado*, v. 22, p. 545-592, 2007.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio e MENEZES, Palloma. (Des)continuidades na experiência de ‘vida sob cerco’ e na ‘sociabilidade violenta’. *Novos Estudos*. CEBRAP, v. 38, p. 529-551, 2019.

MARTINS, Luana. *Entre a pista e a cadeia: uma etnografia sobre a experiência da internação provisória em uma unidade socioeducativa do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Autografia, 2020.

MENEZES, Palloma. *Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”*: uma etnografia do processo de ‘pacificação’ de favelas cariocas. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MENEZES, Palloma. Monitorar, negociar e confrontar: (re)definições na gestão dos ilegalismos em favelas “pacificadas”. *Tempo Social*, v. 3, n. 3, p. 191-216, 2018.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010.

MOURA, Julia. *Entre muros físicos e morais: análise das dinâmicas conflituosas entre uma escola estadual campista e seu novo vizinho CRIAAD*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2019.

NERI, Natasha. *Tirando a cadeia dimenor: a experiência da internação e as narrativas de jovens em conflito com a lei no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PINHEIRO, Ana Carla. *Ver e não enxergar, escutar e não ouvir, ver e não falar: um estudo sobre a sociabilidade e as formas de conviver com o medo e o sentimento de (in) segurança em uma comunidade de periferia em Campos dos Goytacazes (RJ)*. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2018.

SHELLER, Mimi. Theorising mobility justice. *Tempo Social* [online] v. 30, n. 2, p. 17-34, 2018.

SILVA, Igor. *Estigmas: Muros da vida, tempo e vivências do presente encarcerado*. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2019.

SIMONE, Abdou Maliq. People as infrastructure. Intersecting fragments in Johannesburg. *Public Culture*, v. 16, n. 3, p. 407-429, 2004.

SIQUEIRA, Carolina de Oliveira. *Territórios Proibidos? Uma análise das circulações e práticas sociais dos jovens das periferias de Campos dos Goytacazes/RJ*. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2017.

SOUZA, Suellen André de. *Existir no Tráfico: percepções e vivência dos jovens traficantes de drogas da favela Baleeira*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2010.

STAR, Susan. A etnografia da infraestrutura. *Antropológicas*, ano 24, v. 31(2), p. 61-85, 2020 (2013).

STAR, Susan e RUHLER, Karen. Steps toward an ecology of infrastructure: Design and access for large information spaces. *Information Systems Research*, v. 7, n. 1, p. 111-134, 1996.

URRY, John. *Mobilities*. Cambridge, Polity Press, 2007.

VAILATI, Alex e D'ANDREA, Anthony. Antropologia da Infraestrutura no Brasil: Desafios teóricos e metodológicos em contextos emergentes. *Antropológicas*, ano 24, v. 31(2), p. 3-27, 2020.

Recebido: 01/12/2021

Aprovado: 17/03/2021